

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS AVANÇADO GOVERNADOR VALADARES
GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

Elis Martins Braga De Almeida

**Estado Nutricional de Crianças Assistidas pela Pastoral da Criança de
Governador Valadares-MG**

Governador Valadares-MG

2025

Elis Martins Braga De Almeida

**Estado Nutricional de Crianças Assistidas pela Pastoral da Criança de
Governador Valadares-MG**

Trabalho de conclusão de curso requerido
pela Universidade Federal de Juiz de Fora-
Campus Governador Valadares como
requisito parcial à obtenção do título de
nutricionista.

Orientadora: Profa. Dra. Nilcemar Rodrigues Carvalho Cruz

Governador Valadares-MG

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da
Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pela autora

Almeida , Elis Martins Braga De.

Estado Nutricional de Crianças Assistidas pela Pastoral da
Criança de Governador Valadares-MG / Elis Martins Braga De
Almeida . -- 2025.

28 p.

Orientadora: Nilcemar Rodrigues Carvalho Cruz

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador
Valadares, Instituto de Ciências da Vida - ICV, 2025.

1. Estado Nutricional. 2. Crianças . 3. Aleitamento materno. 4.
Pastoral da Criança. I. Cruz, Nilcemar Rodrigues Carvalho, orient. II.
Título.

Elis Martins Braga De Almeida

**Estado Nutricional de Crianças Assistidas pela Pastoral da Criança de
Governador Valadares-MG**

Trabalho de conclusão de curso requerido
pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Campus Governador Valadares como
requisito parcial à obtenção do título de
nutricionista.

Aprovado em 08 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Nilcemar Rodrigues Carvalho Cruz– Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares

Profa. Dra. Pollyanna Costa Cardoso Pires
Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares

Profa. Dra. Kellem Regina Rosendo Vincha
Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por me conceder força, sabedoria e serenidade ao longo desta caminhada. A Ele, que sempre guiou meus passos, acalmou meu coração nos momentos de incerteza e me sustentou com fé e propósito, entrego esta conquista que representa mais do que um diploma, é a realização de um sonho construído com amor, esforço e perseverança.

A minha família, alicerce da minha vida, por todo o apoio, incentivo e amor incondicional. Aos meus pais, José Roberto e Amanda, que me ensinaram o verdadeiro significado de dedicação, responsabilidade e fé. Obrigada por acreditarem em mim quando eu mesma duvidei, por cada palavra de encorajamento, cada gesto de carinho e por me mostrarem que o amor familiar é a base de todas as vitórias.

Ao meu avô José Arimatéa e avó Mirian, por todo o amor, sabedoria e exemplo de vida. Pelas orações silenciosas, pelas palavras de força e por me inspirarem com a simplicidade e a generosidade de seus corações. A presença de vocês é um lembrete constante de que o amor de avós torna qualquer sonho possível. Ao meu tio Igor, meus primos Davi e Maria, pelo carinho, incentivo e por sempre me apoiar com alegria e confiança, fazendo parte essencial da minha trajetória e das minhas conquistas.

À família Braga, por acreditarem em mim e celebrarem cada passo desta jornada. O apoio e o amor de vocês foram combustível para que eu não desistisse, mesmo diante das dificuldades. Às minhas amigas Maitê e Carol, companheiras de todas as horas, por compartilharem comigo não apenas estudos e desafios, mas também risadas, conselhos, abraços e sonhos. À amizade de vocês foi essencial para tornar esta caminhada mais leve, feliz e inesquecível.

Ao projeto da Pastoral da Criança, que me proporcionou vivências marcantes e despertou ainda mais em mim o compromisso com o cuidado humano e a promoção da saúde. Esse projeto representou não apenas uma etapa acadêmica, mas também uma experiência transformadora, repleta de aprendizado e propósito.

Em especial, às professoras Kellem e Nilcemar, pela orientação que transmitiram em cada encontro da pastoral e durante o meu processo na universidade. O exemplo profissional e humano de vocês ficará marcado na minha formação e na minha vida.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui, amigos, colegas, professores e familiares, deixo minha mais profunda gratidão. Este trabalho é o reflexo do apoio, da fé e do amor que recebi ao longo dessa jornada. Cada página escrita traz um pouco de cada um de vocês. Esta conquista não é apenas minha, mas de todos que me ajudaram a acreditar que os sonhos, quando alimentados com amor e persistência, se tornam realidade.

RESUMO

O estado nutricional infantil é influenciado por múltiplos fatores sociais, ambientais e familiares, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade socioeconômica. Este estudo teve como objetivo avaliar o estado nutricional e verificar a existência de associação com fatores sociodemográficos, econômicos, prática de aleitamento materno em crianças acompanhadas pela Pastoral da Criança no município de Governador Valadares, Minas-Gerais. Trata-se de um estudo transversal, observacional e quantitativo. Para a avaliação antropométrica foram coletados dados de peso e estatura e calculado o índice de massa corporal (IMC). Os índices antropométricos estatura por idade (E/I), peso por idade (P/I) e IMC por idade (IMC/I) foram analisados segundo os critérios propostos pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Adicionalmente foi utilizado um questionário semiestruturado para investigar dados sociodemográficos, econômicos e a sobre prática de aleitamento materno. Utilizou-se o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para análise descritiva e o teste Qui-Quadrado para investigar associação entre estado nutricional obtido pelo índice IMC/I e variáveis sociodemográficas, econômica e de prática do aleitamento investigadas. Os resultados evidenciaram que 31,4% das crianças apresentaram algum grau de excesso de peso e 14,1% baixa estatura. A etnia materna apresentou associação significativa com o estado nutricional da criança, contudo, essa relação não se manteve entre as demais variáveis analisadas. Conclui-se que o excesso de peso e a baixa estatura é um problema comum entre as crianças assistidas pela Pastoral da Criança de Governador Valadares. Este estudo evidencia a necessidade de fortalecer estratégias de promoção da saúde, apoiar as famílias e ampliar ações educativas da Pastoral da Criança, a fim de prevenir agravos nutricionais na população acompanhada.

Palavras-chave: Estado Nutricional; Crianças; Aleitamento Materno; Pastoral da Criança.

ABSTRACT

Child nutritional status is influenced by multiple social, environmental, and family factors, especially in contexts marked by socioeconomic vulnerability. This study aimed to evaluate the nutritional status and verify the existence of an association with sociodemographic, economic factors, and breastfeeding practices among children assisted by the Pastoral da Criança in the municipality of Governador Valadares, Brazil. This is a cross-sectional, observational, and quantitative study. Anthropometric assessment included measurements of weight and height, followed by the calculation of body mass index (BMI). The anthropometric indices height-for-age (H/A), weight-for-age (W/A), and BMI-for-age (BMI/A) were analyzed according to the criteria proposed by the Brazilian Food and Nutrition Surveillance System. Additionally, a semi-structured questionnaire was applied to collect sociodemographic, economic, and breastfeeding-related information. Data were analyzed using the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), employing descriptive statistics and the Chi-square test to investigate associations between nutritional status (based on BMI/A) and sociodemographic, economic, and breastfeeding variables. Results showed that 31.4% of the children presented some degree of overweight and 14.1% had short stature. Maternal ethnicity showed a significant association with the child's nutritional status; however, this relationship was not observed for the other variables analyzed. It is concluded that overweight and short stature are common problems among children assisted by the Pastoral da Criança of Governador Valadares. This study highlights the need to strengthen health promotion strategies, support families, and expand educational actions within the Pastoral da Criança to prevent nutritional disorders in the assisted population.

Keywords: Nutritional Status; Children; Breastfeeding; Pastoral da Criança.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Características socioeconômica e demográficas das famílias acompanhadas pela Pastoral da Criança, Governador Valadares-MG.....	9
Tabela 2- Estado nutricional das crianças acompanhadas pela Pastoral da Criança, Governador Valadares-MG.....	10
Tabela 3- Associação de variáveis socioeconômicas, demográficas e o aleitamento materno com o estado nutricional de crianças acompanhadas pela Pastoral da Criança.....	11

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AM	Amamentação Materna
AME	Aleitamento Materno Exclusivo
IMC	Índice de Massa Corporal
IMC/I	Índice de Massa Corporal para Idade
E/I	Estatura para Idade
P/I	Peso para Idade
OMS	Organização Mundial da Saúde
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
METODOLOGIA.....	5
RESULTADOS	8
DISCUSSÃO	11
CONCLUSÃO.....	16
REFERÊNCIAS	17

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho foi formatado de acordo com as diretrizes da Revista Pysis: Revista de Saúde Coletiva (ISSN (online) 1809-4481) disponível em <https://www.scielosp.org/journal/physis/about/#instructions>. O trabalho também está em conformidade com as normas estabelecidas no Manual de Normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares.

INTRODUÇÃO

O estado nutricional infantil tem se consolidado como um dos principais desafios contemporâneos da saúde pública, especialmente diante do aumento expressivo dos casos de excesso de peso e obesidade entre crianças em diversos países (Brasil, 2018). Esse fenômeno está diretamente relacionado às mudanças no padrão alimentar decorrentes da transição nutricional, marcada pela substituição de alimentos in natura por produtos ultraprocessados ricos em açúcares, gorduras e aditivos, que favorecem o desequilíbrio energético e o acúmulo de tecido adiposo desde os primeiros anos de vida (Brasil, 2018). A obesidade infantil, é uma condição multifatorial que envolve interações entre fatores biológicos, ambientais, socioeconômicos e comportamentais. Estudos demonstram que elementos como baixo nível socioeconômico, menor escolaridade materna, insegurança alimentar, hábitos alimentares inadequados e ambientes familiares desestruturados são determinantes importantes que contribuem para o risco aumentado de excesso de peso (Santos *et al.*, 2021; Alvarenga *et al.*, 2017).

O aleitamento materno exclusivo (AME) nos primeiros meses de vida atende plenamente às necessidades nutricionais, imunológicas e emocionais do bebê, fortalecendo o vínculo mãe-filho e proporcionando benefícios relevantes para a saúde materna. Ele se destaca como um importante determinante do estado nutricional infantil e sua substituição precoce compromete a proteção metabólica conferida pelo leite humano, contribuindo para maior prevalência de sobrepeso e obesidade (Flesch *et al.*, 2022). Sua composição favorece a autorregulação da saciedade e fornece nutrientes em proporções adequadas. Em contrapartida, a exposição precoce a outros tipos de leite, geralmente de maior densidade energética e composição nutricional menos equilibrada, está associada a maior risco de ganho de peso acelerado (Brasil, 2018). A Organização Mundial da Saúde recomenda a prática de AME até os seis meses de idade, com continuidade da amamentação de forma complementar até dois anos ou mais, reforçando seu papel protetor no crescimento e desenvolvimento adequados (Organização Mundial da Saúde, 2023).

Nesse cenário, destaca-se o papel estratégico da Pastoral da Criança, cuja atuação envolve ações de promoção da saúde, acompanhamento do crescimento

infantil e orientação alimentar, especialmente entre famílias em situação de vulnerabilidade. Sua presença como rede comunitária de apoio facilita a identificação precoce de alterações no estado nutricional e a oferta de orientações fundamentais para prevenir agravos e promover práticas alimentares adequadas (Pastoral da Criança, 2024). Apesar da relevância do tema, há uma lacuna importante no conhecimento referente ao perfil nutricional das crianças acompanhadas pela Pastoral da Criança, uma vez que poucos estudos investigam essa população específica e seus determinantes sociais, econômicos e familiares (Brasil, 2018).

Diante da relevância do tema e da necessidade de compreender os fatores que influenciam o estado nutricional desta população, o presente estudo tem como objetivo avaliar o estado nutricional de crianças acompanhadas pela Pastoral da Criança no município de Governador Valadares, considerando seus determinantes sociodemográficos, econômicos e à prática do aleitamento materno.

METODOLOGIA

Este estudo possui delineamento observacional, transversal e de abordagem quantitativa, sendo conduzido com crianças cadastradas na Pastoral da Criança do município de Governador Valadares, em Minas Gerais. Todas as crianças e as respectivas mães presentes nos dias das reuniões da Pastoral da Criança, conhecidas como “Celebração da Vida” foram convidadas a participarem do estudo. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares (UFJF–GV), vinculado ao Curso de Nutrição, atendendo aos preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi autorizada sob o Parecer Consubstanciado nº 6.791.478. Todos os responsáveis pelas crianças assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a participação voluntária e a confidencialidade das informações.

A Pastoral da Criança acompanha crianças de 0 a 72 meses, faixa etária que corresponde ao período da primeira infância e permite a avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil. A coleta de dados foi realizada entre 25 de abril de 2024 a 22 de fevereiro de 2025, durante os encontros da “Celebração da Vida” promovidos pela Pastoral da Criança. A coleta ocorreu em um único momento para cada criança,

contemplando entrevista com a mãe ou responsável, aplicação do questionário sociodemográfico e avaliação antropométrica (peso e estatura). O critério de exclusão foi a ausência de dados antropométricos da criança e a presença de condições clínicas que influenciam o estado nutricional da criança. A coleta de dados incluiu uma entrevista com os responsáveis, por meio de questionário estruturado, no qual se reuniram informações sociodemográficas e econômicas, como idade materna, escolaridade e renda familiar, além do histórico de aleitamento materno.

A coleta foi executada por estudantes de Nutrição previamente selecionados e treinados pela pesquisadora responsável e pela coordenação do projeto. O treinamento incluiu: padronização das abordagens das famílias, leitura e interpretação correta de cada item do questionário, orientações éticas sobre confidencialidade dos dados, instruções sobre preenchimento adequado dos instrumentos e registro das respostas autorreferidas. Os estudantes foram distribuídos entre as comunidades atendidas pela Pastoral da Criança e as entrevistas nos pontos de encontro das famílias, dependendo da organização local de cada líder comunitário.

Portanto, o questionário foi elaborado pela equipe do projeto e utilizado rotineiramente pela Pastoral da Criança, abrangendo os seguintes blocos temáticos: Dados pessoais da criança e responsável (nome, idade, cor/raça autorreferida, contatos). Dados demográficos e socioeconômicos da família (escolaridade dos pais, ocupação, tipo de moradia, renda familiar, recebimento de benefícios sociais, acesso à água e condições do domicílio). Aleitamento materno e desmame, com questões sobre duração do aleitamento materno exclusivo. Dessa forma, foi aplicado na forma de entrevista face a face, garantindo compreensão total das perguntas por parte das mães ou responsáveis.

Além disso, realizou-se avaliação antropométrica das crianças com aferição de peso e estatura. As crianças menores de dois anos de idade foram pesadas na balança pediátrica mecânica, marca Welmy[®], com capacidade de 16 kg e divisão de 10 g. O comprimento foi obtido por meio de estadiômetro infantil com capacidade de 1 m e divisão de 1 m. A aferição do peso das crianças a partir de dois anos de idade foi realizada com balança digital marca Líder[®], com capacidade de 200 kg e divisão de 50 g. A altura foi obtida através do estadiômetro marca AlturaExata, com capacidade de 213 cm e divisão de 1 cm.

Foi calculado o índice de massa corporal (IMC) para as crianças. No caso das crianças analisou-se os índices IMC/Idade (IMC/I) e Estatura/Idade (E/I), Peso/Idade (P/I). Para a classificação dos índices antropométricos foram utilizadas as categorias do SISVAN (Brasil, 2011), sendo para P/I: muito baixo peso, baixo peso, peso adequado e peso elevado; IMC/I: magreza acentuada, magreza, eutrofia, risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade; E/I: baixa estatura e estatura adequada. Todas as análises foram feitas por meio do critério escore-z.

Os dados foram registrados e analisados pelo software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 2.0. Inicialmente, foram realizadas análises descritivas, com a apresentação de frequências absolutas e relativas para as variáveis categóricas. Para essas variáveis quantitativas foram calculadas medidas de tendência central, como média, e medidas de dispersão, como desvio-padrão, permitindo caracterizar de forma mais detalhada o perfil nutricional da população estudada.

As variáveis categóricas foram analisadas pelo teste Qui-quadrado de Pearson com o objetivo de verificar possíveis associações entre estado nutricional e características sociodemográficas, econômicas e prática de amamentação. As variáveis independentes incluídas nas análises foram: sexo da criança (masculino; feminino); faixa etária (0–36 meses; 37–72 meses); raça/cor da criança (branca; parda; preta); raça/cor da mãe (branca; parda; preta); escolaridade materna (ensino fundamental, ensino médio e ensino superior completos ou incompletos); situação conjugal (vive com companheiro; não vive com companheiro); tipo de moradia (própria; alugada; cedida); renda familiar (≤ 1 salário mínimo; > 1 salário mínimo) e aleitamento materno exclusivo até os seis meses (sim; não).

Cada variável foi categorizada conforme sua natureza e analisada em relação ao estado nutricional das crianças. Para todas as análises inferenciais, adotou-se nível de significância de $p < 0,05$. A variável dependente (classificação do estado nutricional) foi dicotomizada em eutrofia e excesso de peso (incluindo risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade) para a realização das análises. As crianças classificadas como baixo peso segundo o índice IMC/I não foram incluídas na análise devido à baixa frequência observada na amostra. Para todas as análises inferenciais, adotou-se nível de significância de $p < 0,05$.

RESULTADOS

Foram avaliadas 99 crianças, com idade média de 33,04 meses, variando de 0 a 72 meses, sendo 45,5% (n=45) do sexo masculino. Quanto à raça/cor, 57,6% (n=57) eram pardas e 24,2% (n=24) brancas. A escolaridade materna mostrou que 30,3% (n=30) tinham ensino médio completo e 25,3% (n=25) ensino fundamental incompleto. A raça/cor parda foi predominante entre as mães (66,6%; n=66). Quanto à estrutura familiar, 51,9% das mães (n = 40) viviam com o companheiro. Em relação ao tipo de moradia, 49,5% das famílias (n = 49) residiam em casa alugada.

Tabela 1 – Características socioeconômica e demográficas das famílias acompanhadas pela Pastoral da Criança, Governador Valadares-MG.

Características socioeconômicas	N	%
<i>Gênero</i>		
Feminino	54	54,5%
<i>Raça/cor da criança</i>		
Branca	24	24,2%
Parda	57	57,6%
Amarela	1	1,0%
Preta	10	10,1%
Indígena	1	1,0%
Não informada	6	6,1%
<i>Escolaridade da mãe</i>		
Fundamental completo	14	14,1%
Fundamental incompleto	25	25,3%
Médio completo	30	30,3%
Médio incompleto	13	13,1
Superior completo	11	11,1%
Superior incompleto	6	6,1%
<i>Etnia da mãe</i>		
Branca	10	10,1%
Parda	66	66,6%
Preta	16	16,2%
Indígena	1	1,0%
Não informada	6	6,1%
<i>Mora junto com companheiro</i>		
Não	52	52,5%
Sim	40	40,4%
Não informado	7	7,1%
<i>Tipo de moradia</i>		
<i>Própria</i>	35	35,4%
<i>Alugada</i>	49	49,4%
<i>Cedida</i>	7	7,1%
<i>Não informada</i>	8	8,1%

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Na avaliação antropométrica, segundo o índice P/I, observou-se que 4,0% (n=4) das crianças apresentaram baixo peso ou muito baixo peso, enquanto 7,1% (n=7) apresentaram peso elevado. Ao analisar o IMC/I observou-se 31,4% (n=31) de crianças com excesso de peso. Dentro desse grupo, o risco de sobrepeso foi o mais frequente, representando 20,2% (n=20), seguido por obesidade, com 6,1% (n=6), e sobrepeso, com 5,1% (n=5). As condições de magreza e magreza acentuada corresponderam, juntas, a 3,0% (n=3). Quanto ao indicador E/I, observou-se que 14,1% (n=14) das crianças apresentaram baixa estatura. A prática de aleitamento materno exclusivo até seis meses de idade ocorreu em 69,7% (n=69) das crianças.

Tabela 2- Estado nutricional das crianças acompanhadas pela Pastoral da Criança, Governador Valadares-MG.

Estado nutricional das crianças	n	%
<i>Peso para idade</i>		
Muito baixo peso	1	1,0%
Baixo peso	3	3,0%
Peso adequado	88	88,9%
Peso elevado	7	7,1%
<i>IMC para idade</i>		
Magreza	2	2,0%
Magreza acentuada	1	1,0%
Eutrofia	65	65,7%
Risco de sobrepeso	20	20,2%
Sobrepeso	5	5,1%
Obesidade	6	6,1%
<i>Estatura para idade</i>		
Baixa estatura	14	14,1%
Adequada	85	85,9%

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Não foram encontradas associações entre o estado nutricional e variáveis relacionadas ao aleitamento, sociodemográficas e econômicas investigadas, exceto a etnia da mãe (p=0,048).

Tabela 3 – Associação de variáveis socioeconômicas, demográficas e o aleitamento materno com o estado nutricional de crianças acompanhadas pela Pastoral da Criança.

Variáveis	Eutrofia % (n)	Excesso de Peso % (n)	p
Sexo			
Masculino	68,9 (31)	31,1 (14)	0,968
Feminino	68,5 (37)	31,5 (17)	
Idade (meses)			
0–36	67,9 (38)	32,1 (18)	0,839
37–72	69,8 (30)	30,2 (13)	
Raça/cor (criança)			
Branca	58,3 (14)	41,7 (10)	0,059
Parda	78,9 (45)	21,1 (12)	
Preta	50,0 (5)	50,0 (5)	
Etnia/Cor (mãe)			
Branca	60,0 (6)	40,0 (4)	0,048
Parda	77,3 (51)	22,7 (15)	
Preta	46,7 (7)	53,3 (8)	
Escolaridade da mãe			
Fundamental incompleto e completo	74,4 (29)	34,5 (10)	0,327
Médio incompleto, completo e Superior	64,8 (35)	35,2 (19)	
Moram juntos			
Sim	78,0 (32)	22,0 (9)	0,102
Não	60,8 (31)	39,2 (20)	
Renda			
1 salário ou mais	72,0 (36)	28,0 (14)	0,209
Até 1	95,2 (20)	4,8 (1)	
Amamentação exclusiva			
Sim	66,7 (46)	33,3 (23)	0,779
Não	70,0 (14)	30,0 (6)	

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

DISCUSSÃO

Os achados deste estudo revelam um cenário que reflete os desafios nutricionais vivenciados por crianças em situação de vulnerabilidade social, uma vez que foi observado frequência preocupante de excesso de peso entre as crianças assistidas pela Pastoral da Criança de Governador Valadares, Minas Gerais. O excesso de peso é descrito na literatura como resultado do processo de transição nutricional brasileiro, caracterizado pela substituição progressiva de alimentos in natura por produtos ultraprocessados e de alta densidade energética (Brasil, 2018; Flesch *et al.*, 2022).

O excesso de peso na infância está associado a diversas consequências imediatas e tardias que podem comprometer o crescimento e o desenvolvimento infantil. Em curto prazo, destacam-se alterações metabólicas como resistência à insulina, dislipidemias e aumento da pressão arterial, bem como maior risco de problemas respiratórios e dificuldades motoras (Araújo *et al.*, 2020). Além disso, o excesso de peso pode repercutir negativamente no bem-estar emocional, favorecendo a estigmatização, isolamento social e redução da autoestima (Pinheiro *et al.*, 2019). À longo prazo, crianças com excesso de peso apresentam maior probabilidade de se tornarem adultos obesos, o que aumenta o risco de desenvolver doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes tipo 2, hipertensão, doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer (WHO, 2023; Brasil, 2018). Dessa forma, o rastreamento precoce do excesso de peso é essencial para prevenir agravos futuros e promover um desenvolvimento mais saudável.

A prevalência de excesso de peso infantil tem sido amplamente descrita em estudos nacionais. Flesch *et al.* (2022), ao avaliarem crianças de 0 a 59 meses residentes em comunidades de alta vulnerabilidade social do estado do Rio Grande do Sul, observaram que 22% apresentavam excesso de peso. Resultado semelhante foi relatado por Santos *et al.* (2021), que identificaram prevalência de aproximadamente 25% entre crianças da mesma faixa etária acompanhadas pela Atenção Primária à Saúde em municípios da região Nordeste do Brasil. Dados nacionais do SISVAN reforçam esse panorama, indicando prevalência próxima de 16% de excesso de peso entre crianças menores de cinco anos. Entre faixas etárias mais avançadas, o cenário se torna ainda mais preocupante, com prevalências que ultrapassam 30% entre escolares e alcançam valores superiores a 35% em adolescentes de grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, segundo dados do Ministério da Saúde (Brasil, 2018).

Fatores econômicos são descritos na literatura como determinantes sociais da saúde, uma vez que influenciam diretamente o acesso a alimentos in natura e a práticas alimentares adequadas, favorecendo maior consumo de produtos ultraprocessados e padrões alimentares que contribuem para o ganho de peso na primeira infância (Brasil, 2018). A literatura mostra que o excesso de peso infantil tende a ser mais prevalente em famílias de baixa renda e menor escolaridade, nas quais o ambiente alimentar é marcado por acesso limitado a alimentos saudáveis e maior disponibilidade de produtos industrializados, favorecendo práticas alimentares

menos adequadas (Santos *et al.*, 2021; Alvarenga *et al.*, 2017). Entretanto, o presente estudo não indicou diferença na classificação do estado nutricional de acordo com a renda. Esse resultado pode ter sido influenciado pela pequena diferença na faixa de renda entre os participantes, o que dificulta uma análise desta natureza.

Por outro lado, estudos nacionais têm reforçado que a etnia/raça influencia o estado nutricional infantil não devido a fatores biológicos, mas pela forte relação com desigualdades socioeconômicas, ambientais e estruturais que determinam o acesso à alimentação adequada e aos serviços de saúde (Batista *et al.*, 2020; Carvalho *et al.*, 2019). Batista *et al.* (2020) demonstram que crianças negras, especialmente pretas e pardas, apresentam maior exposição à insegurança alimentar, menor acesso a alimentos in natura e maior consumo de produtos ultraprocessados, condições que favorecem o risco de excesso de peso. De forma complementar, Carvalho *et al.* (2019) identificaram que famílias racialmente marginalizadas enfrentam ambientes alimentares mais restritivos, menor acesso a políticas públicas de saúde e maior vulnerabilidade social, repercutindo diretamente no crescimento e desenvolvimento infantil.

Assim, a raça/etnia atua como um marcador social de desigualdades que influencia o estado nutricional das crianças brasileiras. Crianças pertencentes a famílias negras especialmente pretas e pardas estão mais expostas a contextos de vulnerabilidade, insegurança alimentar e menor disponibilidade de alimentos in natura, condições que contribuem para maior risco de excesso de peso. Essa relação é explicada pelo conjunto dos determinantes sociais da saúde, que afetam de maneira mais intensa grupos marginalizados (Santos *et al.*, 2021). Nossos resultados corroboram com essa tendência, uma vez que foi encontrada associação entre etnia da mãe e estado nutricional da criança enquanto a etnia da criança apresentou-se no limiar de significância, sendo observada uma marcada presença de excesso de peso entre as crianças negras e entre os filhos de mães negras.

De maneira complementar, observa-se na literatura a influência de outros fatores sociodemográficos na determinação do estado nutricional. Alvarenga *et al.* (2017) evidenciam que a escolaridade materna reduzida e condições socioeconômicas desfavoráveis interferem diretamente nas práticas alimentares infantis, embora os resultados do presente estudo não indicaram essa associação. A etnia atua como um marcador social que expressa desigualdades estruturais no

acesso a alimentos adequados e nos cuidados em saúde, influenciando o estado nutricional de crianças inseridas em contextos socioeconômicos menos favorecidos.

Flesch *et al.* (2022) observaram que crianças expostas à introdução precoce de outros leites apresentaram maior risco de alterações no estado nutricional. De forma semelhante, Santos *et al.* (2021) destacam que a interrupção do aleitamento materno exclusivo antes dos seis meses está relacionada a práticas alimentares inadequadas, maior oferta de fórmulas, leite de vaca ou outros líquidos, e consequente impacto negativo no crescimento infantil. De fato, a oferta precoce de outros leites pode alterar o padrão alimentar da criança desde os primeiros meses, contribuindo para o ganho de peso acelerado (Dallazen *et al.*, 2018). Apesar da elevada prevalência de aleitamento materno exclusivo observada no grupo estudado, essa prática não apresentou associação direta com o estado nutricional das crianças. Esse resultado não invalida o papel protetor do aleitamento materno, amplamente documentado pela literatura (Flesch *et al.*, 2022; Silva *et al.*, 2020), mas sugere que, neste contexto específico, o impacto de fatores ambientais, culturais e socioeconômicos pode ter sobreposto seus benefícios.

A análise das características sociodemográficas evidencia condições que influenciam diretamente os cuidados infantis, o padrão alimentar e o acesso a informações sobre saúde e nutrição. A escolaridade materna, por exemplo, afeta a tomada de decisões relacionadas à alimentação e ao manejo da amamentação, assim como condições de moradia e suporte familiar interferem no cotidiano das famílias e na oferta de cuidados (Alvarenga *et al.*, 2017; Santos *et al.*, 2021). Tais aspectos reforçam a necessidade de ações integradas que abordem não apenas práticas alimentares, mas também condições de vida.

Os resultados deste estudo mostraram baixa prevalência de baixo peso, o que acompanha a tendência nacional de melhora no estado nutricional infantil, associada ao fortalecimento das políticas de promoção do aleitamento materno (Brasil, 2015). A literatura destaca que práticas adequadas de amamentação exercem influência direta no crescimento ponderal, especialmente nos primeiros meses de vida (Alvarenga *et al.*, 2017). Além disso, aspectos culturais, sociais e familiares podem favorecer a manutenção do aleitamento e contribuir para melhores desfechos nutricionais (Bosi; Machado *et al.*, 2005).

Apesar da melhora no baixo peso, observou-se alta frequência de baixa estatura, evidenciando a persistência da desnutrição crônica em populações

vulneráveis. Esse tipo de déficit está relacionado a condições socioeconômicas desfavoráveis, que limitam o acesso contínuo a alimentos de qualidade (Carvalho *et al.*, 2019). Autores apontam que desigualdades raciais também influenciam o padrão alimentar infantil e podem repercutir no crescimento linear ao longo da infância (Batista *et al.*, 2020).

Os dados também refletem um padrão nutricional emergente no Brasil, no qual a desnutrição crônica convive com o aumento de crianças com risco de excesso de peso, caracterizando uma transição nutricional complexa (Araújo *et al.*, 2020). Essa coexistência é influenciada pela crescente presença de alimentos ultraprocessados nas famílias em situação de vulnerabilidade, o que compromete tanto o crescimento linear quanto a saúde metabólica (Monteiro *et al.*, 2021). Diante desse cenário, destaca-se a relevância das ações de educação alimentar e nutricional, bem como acompanhamento realizadas pela Pastoral da Criança, que desempenham papel fundamental na orientação das famílias (Pastoral da Criança, 2024).

A atuação da Pastoral da Criança demonstra relevância significativa nesse contexto, visto que suas ações educativas e de acompanhamento têm potencial para promover melhores práticas de saúde e alimentação. A instituição desempenha papel essencial ao apoiar famílias, incentivar o aleitamento materno e orientar sobre alimentação saudável, conforme mostrado em suas campanhas e materiais educativos (Pastoral da Criança, 2024). No entanto, diante da complexidade que envolve o excesso de peso infantil, torna-se fundamental ampliar estratégias que contemplem também a fase da alimentação complementar, as escolhas alimentares cotidianas e o ambiente em que as famílias estão inseridas.

Assim, os resultados deste estudo reforçam a importância de políticas públicas e ações intersetoriais que promovam segurança alimentar, acesso a alimentos saudáveis, educação nutricional e alimentar contínua e fortalecimento de redes comunitárias de apoio. A prevenção da obesidade infantil e estímulo ao crescimento adequado requerem abordagens integradas, sensíveis ao contexto social e cultural das famílias, e que atuem de forma permanente desde os primeiros meses de vida até a consolidação dos hábitos alimentares.

Este estudo apresenta limitações importantes que devem ser consideradas. Houve dificuldade na obtenção de informações precisas sobre o aleitamento materno, uma vez que os dados foram autorreferidos pelas mães e dependiam da memória, o que pode gerar viés de recordatório. Além disso, a amostra reduzida e concentrada

em um único território limita a generalização dos resultados para outras populações. Ainda assim, os achados contribuem para evidenciar fatores associados ao estado nutricional de crianças em situação de vulnerabilidade social.

CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou conhecer o estado nutricional de crianças acompanhadas pela Pastoral da Criança em Governador Valadares, evidenciando um cenário marcado pela alta frequência de excesso de peso, havendo diferença de acordo com a etnia da mãe. Diante disso, torna-se evidente a necessidade de fortalecer políticas públicas e estratégias intersetoriais que promovam alimentação saudável, segurança alimentar e apoio contínuo às famílias. As ações realizadas pela Pastoral da Criança demonstram relevância significativa nesse contexto. Contudo, é fundamental que sejam ampliadas para contemplar também orientações sobre alimentação complementar, escolhas alimentares cotidianas e melhoria do ambiente alimentar.

Ressalta-se ainda que no enfrentamento do excesso de peso infantil requer intervenções integradas, contínuas e sensíveis às condições sociais das comunidades atendidas. Investir em educação nutricional e alimentar, suporte às famílias e estratégias de promoção da saúde constitui um caminho essencial para assegurar crescimento adequado, prevenir agravos nutricionais e favorecer trajetórias de vida mais saudáveis desde os primeiros anos de vida. Os resultados deste estudo podem orientar ações da Atenção Primária à Saúde, especialmente no acompanhamento das crianças atendidas pela Pastoral da Criança, ao oferecerem um panorama mais preciso sobre as condições nutricionais dessa população.

A identificação de excesso de peso e baixa estatura permite que as equipes de saúde planejem intervenções mais direcionadas, fortalecendo práticas de promoção da alimentação saudável, vigilância do crescimento e apoio às famílias. Dessa forma, os achados contribuem para qualificar o cuidado prestado, favorecendo estratégias educativas e preventivas que atendam às necessidades reais das crianças e ampliem o impacto positivo das ações desenvolvidas pela Pastoral.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, F. A. *et al.* Fatores associados ao desmame precoce: uma revisão de literatura. *Revista de Saúde Pública*, v. 51, p. 1–10, 2017.

ARAÚJO, L. M. *et al.* Consequências metabólicas do excesso de peso na infância: revisão narrativa. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 38, n. 4, p. e2020005, 2020.

BATISTA, M. C. S. *et al.* Desigualdades raciais e insegurança alimentar no Brasil: impactos no estado nutricional infantil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 3, p. e00012320, 2020.

BOSI, M. L. M.; MACHADO, M. C. *et al.* Aleitamento materno: aspectos culturais e sociais que influenciam a prática. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 23, n. 2, p. 101–108, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde : Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 76 p

BRASIL. Ministério da Saúde. Aleitamento materno: saúde da criança. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CARVALHO, C. A. *et al.* Raça/etnia e desigualdades no acesso à alimentação saudável: uma análise das condições alimentares de famílias brasileiras. *Revista de Nutrição*, v. 32, p. e180161, 2019.

DALLAZEN, F. *et al.* Fatores socioeconômicos e culturais associados ao aleitamento materno. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 3, p. e00012318, 2018.

FLESCH, G. *et al.* Impacto da ausência do aleitamento materno no estado nutricional infantil. *Jornal de Nutrição Infantil*, v. 15, n. 2, p. 45–52, 2022.

FLESCH, D. *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados e suas implicações para a saúde infantil: revisão narrativa. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 22, n. 3, p. 523–532, 2022.

LIMA, R. A. *et al.* Conhecimento materno sobre aleitamento materno e sua relação com a prática de amamentação. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 18, n. 4, p. 23–30, 2018.

MARQUES, B. L. *et al.* Orientações às gestantes no pré-natal: a importância do cuidado compartilhado na Atenção Primária em Saúde. *Escola Anna Nery*, v. 25, n. 1, p. 1–9, 2021.

MONTEIRO, C. A. *et al.* Riscos cardiometabólicos associados ao excesso de peso na infância: evidências de estudos longitudinais. *Journal of Pediatrics*, v. 97, n. 2, p. 148–155, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Aleitamento materno: recomendações para os seis primeiros meses de vida. Genebra: OMS, 2023.

PASTORAL DA CRIANÇA. Campanha Agosto Dourado. 2024. Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/obj>. Acesso em: 18 set. 2025.

PINHEIRO, L. G. *et al.* Impactos psicossociais do excesso de peso em crianças brasileiras: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 8, n. 2, p. 55–67, 2019.

SANTOS, L. *et al.* Determinantes do desmame precoce em crianças brasileiras. *Revista de Saúde Materno Infantil*, v. 21, n. 1, p. 12–20, 2021.

SILVA, B. S. *et al.* A amamentação em tempos da COVID-19: uma revisão narrativa. *Nursing (São Paulo)*, v. 24, n. 277, p. 5793–5802, 2021.

SILVA, I. E. E. *et al.* A importância do enfermeiro no aleitamento materno exclusivo para a evolução da criança. *Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde*, v. 2, n. 1, p. 45–53, 2020.

SILVA, L. R. *Urgências clínicas e cirúrgicas em gastroenterologia e hepatologia pediátricas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

SOUZA, M. R. *et al.* Dificuldades maternas na prática do aleitamento materno exclusivo: revisão integrativa. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, v. 15, p. 1–10, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Obesity and overweight: key facts*. Geneva: WHO, 2023.